



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 27ª REGIÃO/RR

## **RESOLUÇÃO CRESS Nº 023/2020**

**EMENTA: Dispõe sobre a concessão do auxílio transporte no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região/RR.**

**A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/ RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais, normativas e regimentais, que lhes são conferidas pela Lei 8.662/93, Resolução CFESS nº 891/2018 e Regimento Interno;

**CONSIDERANDO** a Resolução Normativa CFESS nº 853, de 21 de maio de 2018, que instala o Conselho Regional de Serviço Social 27ª Região/ Roraima;

**CONSIDERANDO** as disposições da Medida Provisória nº 2.165-36/01 de 23 de agosto de 2001, na Emenda Constitucional nº 32/01 de 11 de setembro de 2001 e no Decreto nº 2.880/98 de 15 de dezembro de 1998 que instituem e regulamentam a concessão de Auxílio-Transporte em pecúnia para transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual, por dia trabalhado aos servidores ou empregados públicos federais, civis, ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

**CONSIDERANDO** a deliberação do Conselho Pleno, reunido no dia 08/05/2020;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** O Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região/RR institui o Auxílio-Transporte a ser pago aos empregados em pecúnia, em caráter indenizatório, não incorporável ao vencimento, remuneração, provento ou à pensão, não passível de tributação e não acumulável com outro benefício ou vantagem de espécie semelhante.

**Art. 2º.** O Auxílio-Transporte não será considerado para fins de incidência de imposto de renda ou de contribuição para o Plano de Seguridade Social e planos de assistência à saúde.

**Art. 3º.** O valor do Auxílio-Transporte será o valor estabelecido para o Transporte Coletivo Municipal, Intermunicipal ou Interestadual pelo órgão competente local, multiplicado por



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 27ª REGIÃO/RR

22 dias, nos termos do Decreto nº 2.880/98, considerando os dias trabalhados, para vinda e retorno do trabalho.

**Parágrafo 1º.** Para efeitos deste artigo, considera-se dia trabalhado a participação do empregado a disposição do empregador em treinamentos, conferências ou eventos similares, não cumulativos com recebimento de reembolso de despesas com transporte e diárias.

**Parágrafo 2º.** Nos casos de acumulação lícita de cargos ou empregos em que o deslocamento para o local de exercício de um deles, não seja residência-trabalho por opção do servidor ou empregado, poderá ser considerado na concessão do Auxílio-Transporte o deslocamento trabalho-trabalho.

**Parágrafo 3º.** Em caso de deslocamento para fora de sua Sede, o servidor ou empregado faz jus à diária de viagem, na forma das resoluções vigentes, tendo o respectivo desconto no Auxílio Transporte, conforme previsto nesta resolução, e o ressarcimento das despesas com transporte.

**Art. 4º.** O pagamento do Auxílio-Transporte será efetuado antecipadamente, calculado pelo número de 22 dias úteis por mês, mediante requerimento a ser disponibilizado pelo CRESS da 27ª Região/RR, renovado anualmente e/ou quando houver mudanças nas informações anteriormente prestadas.

**Parágrafo Único:** O desconto ou acréscimo no Auxílio-Transporte, pelos dias não trabalhados e/ou pelo recebimento de reembolso de despesas de transporte em viagem, bem como pelo trabalho extraordinário em fins de semana ou feriado, respectivamente, será efetuado no cálculo previsto para o mês subsequente.

**Art. 5º.** Será concedido o Auxílio-Transporte aos servidores ou empregados que estiverem no efetivo desempenho das atribuições do cargo ou emprego, vedado seu pagamento quando o CRESS da 27ª Região/RR, proporcionar aos servidores ou empregados o deslocamento residência-trabalho e vice-versa, por meios próprios ou contratados, ou quando utilizado veículo próprio ou qualquer outro meio de transporte não coletivo.

**Parágrafo Único.** É vedado ainda o pagamento do referido benefício nas ausências e nos afastamentos considerados como de efetivo exercício dos servidores ou empregados.



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 27ª REGIÃO/RR

**Art. 6º.** As despesas provenientes pela implantação do Auxílio-Transporte correrão à conta da dotação orçamentária 3.1.11.02.04, objeto de gasto Despesas Correntes de Pessoal em Outras Despesas Variáveis, com fonte orçamentária própria.

**Art. 7º.** A presente Resolução entra em vigor na data de sua assinatura para implementação a partir de 1º de fevereiro de 2020.

**Art. 8º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista, 14 de maio de 2020.

**ANA LAURA MENEZES DE SANTANA**

Presidente do CRESS 27ª Região